

PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA NO PARANÁ

análise de fatores associados a partir de um inquérito online gamificado

Leandro de Souza Lopes^{*}*Ana Paula Bosio Lopes*^{**}

RESUMO: Este artigo analisa a percepção de segurança pública da população do estado do Paraná em 2025, investigando suas variações demográficas e geográficas em um cenário de acentuada queda nos índices oficiais de criminalidade. Para tanto, realizou-se um inquérito *online* (*survey*) com 972 residentes do estado, utilizando um questionário estruturado. A coleta de dados empregou uma inovadora estratégia de gamificação, com a exibição de um painel de resultados em tempo real para aumentar o engajamento dos participantes. Os resultados indicam que a percepção de segurança é predominantemente “boa” (43,52%) ou “regular” (32,82%), não refletindo a magnitude da redução nos crimes registrados. A análise estratificada revelou uma correlação negativa entre o porte do município e a percepção de segurança, com os grandes centros urbanos e o gênero feminino apresentando uma sensação de insegurança significativamente maior. O estudo corrobora a tese do “paradoxo do medo do crime” para o contexto paranaense e valida uma metodologia de alto engajamento para pesquisas sociais online. Conclui-se que a melhoria da percepção de segurança demanda políticas públicas focadas na coprodução de confiança, para além da repressão criminal.

Palavras-chave: percepção de segurança; medo do crime; gamificação; segurança pública; Paraná.

DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v8i22.326>

Recebido em 28 de agosto de 2025

Aprovado em 10 de setembro de 2025

* Polícia Militar do Paraná (PMPR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9070-126X> - CV: <http://lattes.cnpq.br/9167996247566553>.

** Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED/PR). ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4210-2736>.



PERCEPTION OF SECURITY IN PARANÁ analysis of associated factors based on a gamified online survey

ABSTRACT: This article analyzes the public security perception of the population of the state of Paraná in 2025, investigating its demographic and geographic variations in a scenario of a sharp drop in official crime rates. For this purpose, an online survey was conducted with 972 residents of the state, using a structured questionnaire. Data collection employed an innovative gamification strategy, featuring a real-time results dashboard to increase participant engagement. The results indicate that the perception of security is predominantly "Good" (43.52%) or "Regular" (32.82%), not reflecting the magnitude of the reduction in registered crimes. Stratified analysis revealed a negative correlation between municipality size and the perception of security, with large urban centers and the female gender exhibiting a significantly higher feeling of insecurity. The study corroborates the "fear-of-crime paradox" thesis for the Paraná context and validates a high-engagement methodology for online social research. It is concluded that the improvement of security perception demands public policies focused on the co-production of trust, beyond criminal repression.

Keywords: security perception; fear of crime; gamification; public security; Paraná.

1. INTRODUÇÃO

A segurança pública figura como uma das preocupações centrais das sociedades contemporâneas, sendo um pilar fundamental para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento social e econômico. Para além dos indicadores de criminalidade, a dimensão subjetiva da segurança, frequentemente denominada “percepção” ou “sensação de segurança”, consolida-se como um fator de suma importância para a qualidade de vida da população (Ferraro, 1995). Este sentimento coletivo influencia diretamente as rotinas diárias, as interações sociais e a confiança dos cidadãos nas instituições, tornando-se um objeto de estudo essencial para a compreensão aprofundada da coesão social e da governança democrática.

O interesse acadêmico por este tema é impulsionado pelo recorrente desprendimento entre a criminalidade registrada e a percepção pública de insegurança, fenômeno conhecido na literatura como o “paradoxo do medo do crime” (Skogan; Maxfield, 1981). Em cenários onde as taxas oficiais de vitimização apresentam queda, a sensação de segurança nem sempre acompanha a mesma tendência, sugerindo a influência de um complexo conjunto de fatores que incluem a percepção de desordem social, a vulnerabilidade percebida e a exposição a narrativas midiáticas (Wilson; Kelling, 1982). Diante deste panorama, emerge o problema de pesquisa que norteia este estudo: quais são os fatores e as características que moldam a percepção de segurança da população do estado do Paraná em um contexto de documentada redução da criminalidade?

O objetivo principal deste artigo é, portanto, analisar a percepção de segurança pública da população paranaense em 2025, explorando suas variações entre diferentes segmentos geográficos e demográficos. A justificativa para este estudo reside na sua dupla contribuição: primeiramente, oferece um panorama empírico e inédito sobre a dimensão subjetiva da segurança no estado, fornecendo subsídios para o debate público e para a formulação de políticas mais eficazes. Em segundo lugar, apresenta e valida uma metodologia de coleta de dados inovadora, baseada em gamificação, com alto potencial de engajamento para pesquisas sociais *online*.

Para alcançar os objetivos propostos, este artigo está estruturado em seis seções. Após esta introdução, a segunda seção apresenta a fundamentação teórica, discutindo os conceitos de percepção de segurança, medo do crime e os fatores que os influenciam. A terceira seção detalha a metodologia empregada na pesquisa. A quarta seção expõe os resultados obtidos com os 972 respondentes. A quinta seção realiza a discussão dos achados, interpretando-os à luz da literatura. Por fim, a sexta seção apresenta as considerações finais, resumindo as contribuições do estudo e apontando direções para pesquisas futuras.



2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A segurança pública vai além de sua definição constitucional como um mero dever do Estado, materializando-se efetivamente quando se converte em uma sensação de segurança tangível para a população. Essa percepção subjetiva é o verdadeiro termômetro do bem-estar e da qualidade de vida, assim como a sua ausência impacta diretamente as dinâmicas econômicas e restringe a livre fruição dos espaços comunitários. Ademais, evidencia-se a necessidade de uma abordagem integrada, na qual a solução para a insegurança não repousa exclusivamente em políticas governamentais, mas na colaboração e no esforço conjunto entre o poder público e a sociedade (Lopes, 2022).

É um ponto consolidado na literatura criminológica e sociológica que a percepção pública de segurança opera de forma parcialmente autônoma em relação aos indicadores criminais oficiais. Este fenômeno, muitas vezes denominado “paradoxo do medo do crime”, foi inicialmente documentado por estudos como o de Skogan e Maxfield (1981), que demonstraram que os níveis de medo frequentemente não correspondem aos riscos reais de vitimização. Autores como Ferraro (1995) aprofundaram essa análise, explicando que o sentimento de segurança é uma construção social complexa, influenciada por fatores como a vulnerabilidade percebida e a desordem social.

No contexto brasileiro, trabalhos como os de Zaluvar (2004) evidenciam que a sensação de insegurança é moldada por dinâmicas locais de poder e confiança, que transcendem as estatísticas de criminalidade, portanto, investigar a percepção da população é fundamental para compreender o impacto real da violência, para além dos registros oficiais.

2.1 Percepção de segurança e medo do crime

A compreensão sobre a percepção de segurança é fortemente influenciada pelos estudos de Ferraro (1995), que desvinculam o medo do crime de uma simples resposta direta à vitimização. O autor propõe que a sensação de segurança é, na verdade, uma emoção complexa, sendo crucial distinguir o medo propriamente dito, uma reação aflitiva e emocional a um perigo percebido como iminente, da percepção de risco, que se refere a um processo mais cognitivo de avaliação e cálculo da probabilidade de ser vitimizado. Essa diferenciação é fundamental, pois um indivíduo pode avaliar seu risco como alto sem necessariamente sentir medo de forma constante. Portanto, a sensação de segurança, objeto deste estudo, emerge dessa complexa interação entre as emoções, as avaliações de risco e o contexto social, consolidando-se como um fenômeno que é tanto individual quanto socialmente construído.

Trazendo a discussão para o cenário nacional, a obra de Caldeira (2000) é fundamental para compreender como o medo do crime, enquanto fenômeno social, se manifesta de fato no contexto urbano brasileiro. A autora argumenta que esse medo generalizado não é uma emoção passiva, mas sim uma força ativa que reconfigura drasticamente o espaço e as interações sociais nas grandes cidades. Esta reconfiguração ocorre por meio da proliferação de enclaves fortificados, como condomínios fechados e shoppings centers, que representam uma retirada da vida social das ruas e praças públicas, agora

percebidas como territórios de risco. Consequentemente, o medo altera os padrões de mobilidade e sociabilidade, incentivando uma cultura de segregação e enfraquecendo a esfera pública.

Caldeira (2000) demonstra que a sensação de insegurança é um agente transformador que molda ativamente a paisagem urbana e as práticas cotidianas dos cidadãos, evidenciando o impacto tangível da percepção sobre a vida em comunidade. Adicionalmente, é crucial compreender que a formação da percepção de segurança transcende a experiência pessoal direta com a criminalidade. O fenômeno da vitimização vicária (indireta) – impacto emocional decorrente do conhecimento de crimes que vitimaram outras pessoas – é um poderoso construtor do medo (Skogan; Maxfield, 1981).

Na sociedade contemporânea, o principal vetor dessa experiência indireta são os meios de comunicação de massa. Neste sentido, a “Teoria do Cultivo”, desenvolvida por Gerbner e Gross (1976), postula que a exposição prolongada a conteúdos violentos na mídia “cultiva” no público uma percepção da realidade como um lugar mais perigoso do que as estatísticas oficiais demonstram. Essa imersão midiática pode levar à “síndrome do mundo mau”, ajudando a explicar o paradoxo pelo qual a sensação de insegurança pode permanecer alta ou aumentar mesmo em cenários de queda da criminalidade registrada.

2.2 Fatores que influenciam a sensação de segurança

Uma das teorias mais influentes para explicar os fatores que moldam a percepção de segurança é a “Teoria das Janelas Quebradas”, formulada por Wilson e Kelling (1982). Os autores propõem que sinais visíveis de desordem física e social, como pichações, lixo acumulado e prédios abandonados, funcionam como um sinal público de que as normas sociais não estão sendo zeladas e que o controle social na área é fraco. Essa percepção de ausência de ordem, por sua vez, é um fator crucial que eleva o medo e a sensação de insegurança entre os moradores.

A desordem ambiental é interpretada como um convite a infrações mais graves, fazendo com que a população se sinta vulnerável, independentemente da sua exposição direta a crimes violentos. O ponto central do argumento é que a sensação de insegurança em uma comunidade pode aumentar significativamente mesmo que as estatísticas de crimes graves permaneçam estáveis ou até diminuam, evidenciando que a percepção de segurança é diretamente influenciada pelo estado do ambiente urbano (Wilson; Kelling, 1982).

Em concordância empírica das teses da ecologia social do crime, a relação entre o ambiente local e a percepção de insegurança foi investigada no contexto brasileiro por Silva e Beato Filho (2013). Por meio de uma rigorosa análise quantitativa realizada em Belo Horizonte-MG, os autores testaram a associação entre as características do bairro, como a percepção de desordem física e social e o nível de coesão entre vizinhos, assim como o medo do crime reportado pelos moradores. Os resultados do estudo forneceram forte evidência de que o contexto do bairro é um preditor significativo da sensação de insegurança, para além dos fatores de risco individuais. O trabalho de Silva e Beato Filho (2013) se mostrou de suma importância, pois valida com dados nacionais a aplicabilidade de teorias como a das

“Janelas Quebradas”, trazendo a discussão teórica para a realidade empírica brasileira e reforçando a hipótese de que as condições do ambiente imediato são um fator central na construção da percepção de segurança da população.

A análise de Caldeira (2000) revela que a relação entre o ambiente e o medo do crime é um ciclo de retroalimentação. A “cidade de muros” que a autora descreve é tanto um resultado direto da sensação de insegurança quanto um fator que a intensifica. Ao se refugiarem em espaços privados e fortificados, os cidadãos abandonam as ruas, os parques e as praças. Essa ausência de circulação e vigilância social informal nos espaços públicos, por sua vez, torna esses locais ainda mais propensos à desordem e à criminalidade, o que paradoxalmente aumenta a sensação de perigo para aqueles que precisam transitá-los.

Desta forma, a segregação espacial não apenas reflete o medo, mas o amplifica, criando zonas de abandono percebido que reforçam a narrativa de que o espaço público é um território a ser evitado, e não compartilhado, solidificando a insegurança como um elemento estruturante da vida urbana contemporânea (Caldeira, 2000).

A sensação de insegurança não é moldada apenas pelos crimes patrimoniais ou violentos tradicionalmente medidos. Conforme apontado originalmente por Sutherland (1939) em seus estudos pioneiros sobre o “crime do colarinho branco”, a criminalidade praticada por atores de alto status social e a corrupção podem gerar uma profunda desconfiança nas instituições. Essa percepção de impunidade sistêmica contribui para um sentimento generalizado de desordem e anomia que deteriora a percepção de segurança em toda a sociedade, independentemente das taxas de crimes de rua.

2.3 Segurança pública no Paraná: contexto e índices

Para contextualizar a percepção de segurança investigada neste estudo, é fundamental apresentar um panorama dos indicadores oficiais de criminalidade. Segundo dados do Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE) da Secretaria de Segurança Pública do Paraná (SESP/PR), o primeiro semestre de 2025 apresentou uma redução significativa nos principais indicadores de violência em comparação com o mesmo período de 2024. O número de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) caiu de 940 para 672, uma diminuição de 28,51%. Especificamente, os casos de homicídio doloso tiveram uma queda de 29,02%, passando de 889 para 631 ocorrências. A mesma tendência de queda foi observada nos roubos, que diminuíram 19,94% (SESP-PR, 2025).

Ainda conforme dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP (2025), no indicador de “Roubo a Transeunte”, um dos crimes que mais diretamente impacta a sensação de segurança cotidiana, o Paraná apresentou uma redução expressiva. O estado registrou 24.892 casos em 2024, uma queda de 6,1% em relação aos 26.491 casos de 2023. A taxa por 100 mil habitantes também diminuiu, passando de 278,0 para 260,9.

Embora positiva, essa tendência de queda no Paraná pode ser contextualizada ao se observar os estados vizinhos. Santa Catarina, por exemplo, partindo de um patamar já mais baixo, conseguiu uma redução ainda mais acentuada de 20,4% no mesmo indicador. São Paulo, por sua vez, demonstrou um cenário distinto, com um aumento de 6,5% nos roubos a transeuntes. O Brasil como um todo apresentou uma redução de 22,6% nesse tipo de crime, indicando que a queda no Paraná foi mais modesta que a média nacional no período analisado (FBSP, 2025).

Ao se comparar o cenário paranaense com o de São Paulo, dados da respectiva Secretaria de Segurança Pública mostram que os homicídios dolosos permaneceram estáveis no primeiro semestre de 2025, enquanto os roubos tiveram uma queda de 15,03%, inferior à registrada no Paraná (SSP-SP, 2025).

Em uma análise mais ampla, o Paraná se posiciona entre os estados mais seguros do país em relação à violência letal. Com uma taxa de 18,4 mortes violentas por 100 mil habitantes em 2024, o estado situa-se abaixo da média nacional de 20,8 e ocupa a 22ª posição no ranking nacional (FBSP, 2025).

Essa taxa é consideravelmente inferior à dos estados mais violentos, como Amapá (45,1), Bahia (40,6) ou Ceará (37,5), mas ainda mais que o dobro da registrada em São Paulo (8,2), que possui o menor índice do país. Este cenário factual, que demonstra uma acentuada queda na criminalidade registrada oficialmente no Paraná, superior à de outros grandes estados, e uma posição favorável no ranking nacional, serve como um importante e contrativo pano de fundo para a análise da percepção subjetiva da população, que, como demonstra a literatura, nem sempre acompanha as variações das estatísticas oficiais (FBSP, 2025).

3. METODOLOGIA

Nesta seção, são apresentados os caminhos metodológicos percorridos para a realização do presente estudo, detalhando as decisões e os procedimentos que garantem a validade e a autenticidade dos resultados. A pesquisa foi estruturada sob uma abordagem quantitativa, onde segundo Creswell (2010), permite generalizar os resultados da amostra para a população, respeitando a margem de erro calculada, caracterizando-se, quanto aos objetivos, como descritiva e explicativa. Quanto aos procedimentos técnicos, o trabalho se define como um levantamento (*survey*), complementado por pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2022).

O levantamento foi o procedimento central para a coleta de dados primários, através da aplicação de um questionário a uma amostra de 972 respondentes. A pesquisa bibliográfica forneceu o embasamento teórico para a construção do problema e a discussão dos resultados. Por fim, a pesquisa documental foi empregada na análise de relatórios e dados oficiais para contextualizar o cenário da criminalidade no estado.



O método de pesquisa empregado foi o de inquérito transversal. Este método é caracterizado pela coleta de dados em um único período para descrever as características de uma população ou as relações entre variáveis em um momento específico (Babbie, 2016).

O instrumento para a coleta de dados primários foi um questionário online estruturado, elaborado e distribuído por meio da plataforma *Google Forms*, projetado para ser respondido em aproximadamente dois minutos. O formulário foi organizado em três blocos principais de perguntas, seguindo uma ordem lógica para o participante:

i) seção introdutória contendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que detalhava os objetivos da pesquisa, garantia o total anonimato das respostas em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018), e solicitava a concordância voluntária para participação;

ii) questão central para mensurar a variável principal do estudo – a percepção de segurança – por meio de uma escala do tipo *Likert* de 5 pontos, contendo os níveis da escala como “1 – Péssima”, “2 – Ruim”, “3 – Regular”, “4 – Boa” e “5 – Ótima” (Likert, 1932; Gil, 2022).

iii) bloco final com questões de múltipla escolha para o levantamento do perfil demográfico dos respondentes. Este bloco coletou dados sobre as variáveis independentes utilizadas nas análises de segmento: gênero, faixa etária, porte do município e região de moradia no Paraná. O questionário completo utilizado na pesquisa encontra-se no Apêndice A.

A pesquisa obteve uma amostra final de 972 respostas válidas de residentes do estado do Paraná. Para garantir a representatividade estatística, o cálculo da margem de erro foi realizado para uma população finita, estimada em 11.890.584 habitantes para o ano de 2025 (Ipardes, 2024). O resultado consolidado aponta uma margem de erro de 3,14% para um nível de confiança de 95% (Bussab; Morettin, 2017). O cálculo detalhado da margem de erro para a população finita é apresentado no Apêndice B.

3.1 Estratégia de divulgação e engajamento por gamificação

A coleta de dados foi realizada entre 24 de julho e 14 de agosto de 2025. Para maximizar o alcance e a diversidade da amostra, adotou-se uma estratégia de divulgação multicanal. A distribuição inicial ocorreu de forma orgânica por meio de e-mails, redes sociais e do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, que de acordo com Gil (2022), caracteriza uma fase inicial de amostragem por bola de neve (*snowball sampling*). Para ampliar o alcance para além dos círculos sociais iniciais e atingir um público mais amplo em todo o estado, foi implementada uma campanha de anúncios pagos na plataforma *Google Ads*. Esta campanha gerou um total de 33.652 impressões e resultou em 1.556 cliques que direcionaram potenciais respondentes ao questionário.

Visando aumentar a taxa de engajamento e a conclusão do formulário, foi implementado um elemento de gamificação. Diferente de sistemas tradicionais baseados em recompensas, a estratégia focou em fornecer um feedback relevante e imediato. Após a submissão de suas respostas, cada participante era automaticamente redirecionado a um painel de dados dinâmico, desenvolvido na plataforma *Looker Studio (Google)*, que exibia os resultados agregados da pesquisa em tempo real. Essa abordagem, fundamentada nos princípios de gamificação propostos por autores como Kapp (2012) e Deterding *et al* (2011), transforma a tarefa de responder a um questionário de um ato extrativo para uma experiência interativa. Ao fornecer ao respondente um senso de contribuição e contexto social, a visualização imediata do impacto de sua própria opinião no panorama geral foi o fator chave para impulsionar a participação e o compartilhamento propagado da pesquisa.

O tratamento e a análise dos dados foram conduzidos em etapas, utilizando o *software Google Sheets* para a tabulação e os cálculos estatísticos. Primeiramente, realizou-se uma inspeção da base de dados para garantir a validade das respostas, resultando na amostra final de 972 participantes.

A análise principal foi desenvolvida com base na estatística descritiva. Foram geradas tabelas de frequência absoluta (n) e relativa (%) para sumarizar o perfil demográfico da amostra e a distribuição da variável central do estudo, a percepção de segurança. Para facilitar a visualização dos resultados, foi elaborado um gráfico de barras.

Em um segundo momento, para investigar as associações entre as variáveis, aplicou-se a técnica de tabelas de contingência (cruzamento de dados), conforme metodologia descrita por Bussab e Morettin (2017). Este procedimento permitiu analisar a distribuição da percepção de segurança dentro de cada segmento demográfico (porte da cidade, gênero, faixa etária e região), possibilitando a identificação de padrões e tendências específicas em cada subgrupo da amostra.

4 RESULTADOS

A presente seção dedica-se à análise descritiva dos dados coletados, apresentando os achados da pesquisa de forma objetiva. O inquérito online obteve um total de 972 respostas válidas de residentes do estado do Paraná, que constituem a base para as análises subsequentes. A apresentação dos resultados inicia-se com o panorama geral da percepção de segurança da amostra, seguido por análises sedimentadas que exploram a relação entre a sensação de segurança e diferentes variáveis demográficas e geográficas.

4.1 Perfil da amostra

A seguir, apresenta-se o perfil demográfico da amostra, detalhando as características dos 972 respondentes em termos de gênero, faixa etária, porte da cidade e região de moradia no estado do Paraná. A Tabela 1 consolida a distribuição dos participantes em cada uma dessas categorias.

**Tabela 1 – Perfil Demográfico da Amostra (n=972)**

Característica	Categoria	Frequência (n)	Porcentagem (%)
Gênero	Masculino	586	60,3%
	Feminino	381	39,2%
Característica	Categoria	Frequência (n)	Porcentagem (%)
	Outro / Pref. não informar	5	0,5%
Faixa Etária	Até 24 anos	44	4,5%
	25 a 39 anos	270	27,8%
	40 a 59 anos	566	58,2%
	60 anos ou mais	92	9,5%
Porte da Cidade	Pequena (até 50 mil hab.)	201	20,7%
	Média (50 a 300 mil hab.)	335	34,4%
	Grande (acima de 300 mil hab.)	436	44,9%
Região do Paraná	Curitiba e Região Metropolitana	415	42,7%
	Norte	192	19,8%
	Sudoeste	130	13,3%
	Oeste	113	11,6%
	Centro-Sul	59	6,1%
	Campos Gerais	41	4,2%
	Litoral	22	2,3%

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Nota: A soma das porcentagens pode não totalizar 100,00% devido a arredondamentos.

A análise da Tabela 1 permite traçar um perfil claro dos participantes da pesquisa. Quanto ao gênero, observa-se uma participação majoritária de respondentes do sexo masculino (60,3%), em comparação com 39,2% do sexo feminino. A análise da faixa etária revela uma concentração expressiva de participantes em idades mais maduras, com a maioria da amostra pertencendo à faixa de 40 a 59 anos (58,2%), seguida pelo grupo de 25 a 39 anos (27,8%).

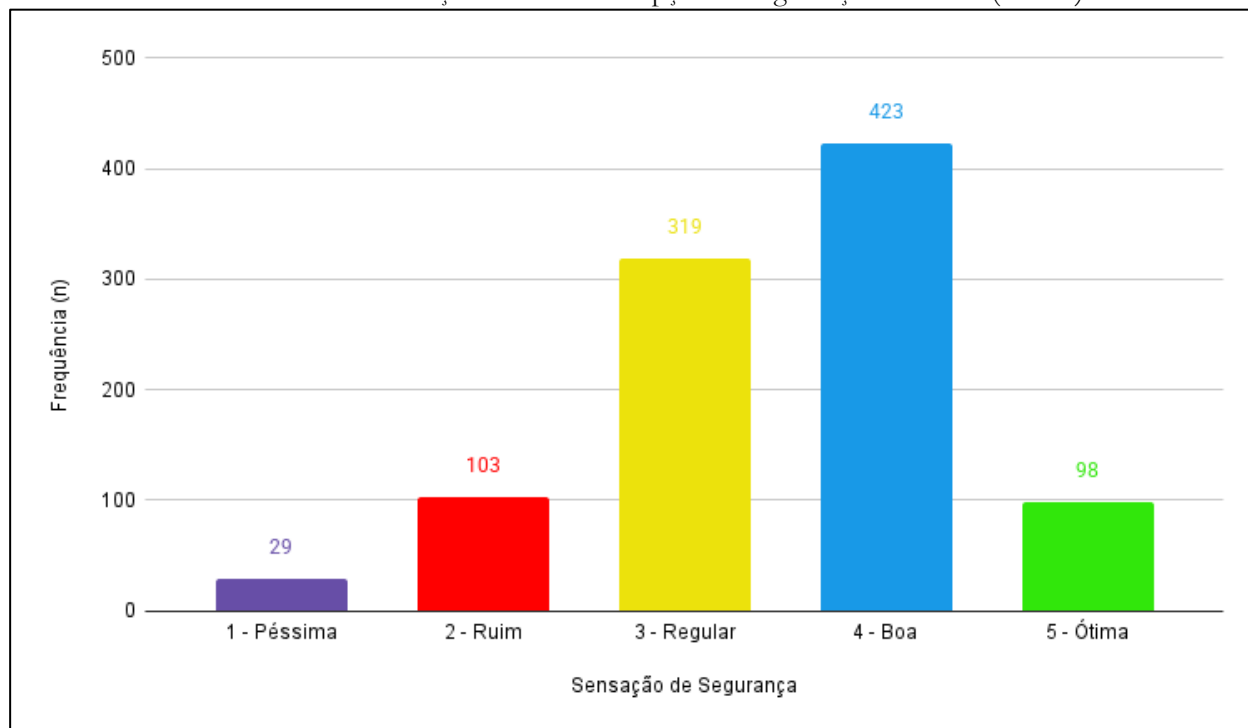
No que tange ao porte da cidade de moradia, a amostra é predominantemente urbana, com 44,9% dos respondentes residindo em cidades de grande porte (acima de 300 mil habitantes) e 34,4% em cidades de porte médio. A distribuição geográfica dos participantes, por sua vez, mostra uma forte concentração na Região Metropolitana de Curitiba (42,7%). As demais regiões do estado aparecem com representações menores, destacando-se a região Norte (19,8%), Sudoeste (13,3%) e Oeste (11,6%).

4.2 Nível geral de percepção de segurança

O Gráfico 1 ilustra a distribuição da frequência absoluta das 972 respostas sobre a percepção geral de segurança. Observa-se uma concentração predominante na categoria “4 – Boa”, que obteve o maior número de respostas, totalizando 423. A categoria “3 – Regular” figura como a segunda mais frequente, com 319 respostas, indicando que a maior parte da amostra se concentra entre uma percepção intermediária e positiva. Em seguida, a categoria “5 – Ótima” foi apontada por 98

participantes. As percepções negativas representam a menor parcela, sendo “2 – Ruim” a escolha de 103 respondentes e “1 – Péssima” a de 29.

Gráfico 1 – Distribuição Geral da Percepção de Segurança no Paraná (n=972)



Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Em termos percentuais, os dados detalhados no Gráfico 1 reforçam a tendência observada na frequência absoluta. A maioria dos participantes, correspondendo a 76,34% da amostra, classifica sua sensação de segurança entre “Boa” (43,52%) e “Regular” (32,82%). No extremo positivo da escala, 10,08% dos respondentes avaliam a segurança como “Ótima”. Por outro lado, as percepções negativas somam 13,58% do total, divididas entre as categorias “Ruim” (10,60%) e “Péssima” (2,98%). A Tabela 2 consolida a frequência total da amostra (n) e percentual (%) das respostas para cada uma das cinco categorias avaliadas.

Tabela 2 – Distribuição geral da percepção de segurança no Paraná (n=972)

Sensação de Segurança	Frequência (n)	Porcentagem (%)
5 – Ótima	98	10,08%
4 – Boa	423	43,52%
3 – Regular	319	32,82%
2 – Ruim	103	10,60%
1 – Péssima	29	2,98%
Total	972	100%

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Nota: A soma das porcentagens pode não totalizar 100,00% devido a arredondamentos.



A caracterização inicial da amostra envolveu a análise da variável central do estudo: a percepção de segurança. A Tabela 2 detalha a distribuição de frequência desta variável, apresentando os totais absolutos e percentuais para cada categoria de resposta dentro do universo de 972 participantes.

4.3 Análise da percepção de segurança por segmentos demográficos

Nesta subseção, os dados sobre a percepção geral de segurança são cruzados com as variáveis demográficas da amostra para identificar possíveis variações e padrões entre diferentes grupos.

4.3.1 Percepção de Segurança por Porte da Cidade

A primeira análise segmentada investiga se a percepção de segurança varia de acordo com o porte do município de residência do respondente. Os dados, organizados por cidades de porte pequeno, médio e grande, estão apresentados na Tabela 3. Sensação de Segurança por Porte da Cidade.

Tabela 3 – Percepção de Segurança (%) por Porte da Cidade (n=972)

Percepção de Segurança	Cidade Pequena (n=201)	Cidade Média (n=335)	Cidade Grande (n=436)
5 – Ótima	15,92%	11,94%	5,96%
4 – Boa	50,25%	42,99%	40,83%
3 – Regular	24,38%	32,54%	36,93%
2 – Ruim	6,96%	9,55%	13,07%
1 – Péssima	2,49%	2,98%	3,21%

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Nota: A soma das porcentagens pode não totalizar 100,00% devido a arredondamentos.

A análise da Tabela 3 revela uma tendência clara e inversamente proporcional entre o porte da cidade e a percepção de segurança de seus habitantes. A sensação de segurança é notavelmente maior em municípios menores. Em cidades pequenas, a soma das avaliações positivas (“Ótima” e “Boa”) alcança 66,17% dos respondentes, enquanto a soma das percepções negativas (“Ruim” e “Péssima”) é de apenas 9,45%.

Este cenário se altera progressivamente com o aumento da população. Em cidades médias, a percepção positiva combinada diminui para 54,93%, ao passo que a negativa sobe para 12,53%. A tendência se acentua de forma mais expressiva em cidades grandes, que apresentam os menores índices de percepção positiva, com a soma de “Ótima” e “Boa” representando 46,79% de seus residentes. Em contrapartida, a percepção negativa combinada nesses grandes centros urbanos atinge 16,28%, o maior índice entre as três categorias. A percepção “Regular” também aumenta consistentemente conforme o porte da cidade, reforçando a migração de uma percepção positiva para uma mais neutra ou negativa em municípios maiores.

4.3.2 Percepção de segurança por gênero

A análise da percepção de segurança por gênero, detalhada na Tabela 4, revela nuances importantes entre os grupos. Embora a maioria de ambos os gêneros avalie a segurança como “Boa” ou “Regular”, a distribuição das percepções positivas e negativas apresenta diferenças notáveis.

Tabela 4 – Percepção de Segurança por Gênero (n=972)

Percepção de Segurança	Masculino (n=586)	Feminino (n=381)	Outro/Não Informar (n=5)
5 – Ótima	12,80%	5,77%	20,00%
4 – Boa	46,25%	39,90%	0,00%
3 – Regular	31,57%	34,38%	60,00%
2 – Ruim	7,00%	16,01%	20,00%
1 – Péssima	2,39%	3,94%	0,00%

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Nota: A soma das porcentagens pode não totalizar 100,00% devido a arredondamentos.

Os dados indicam que os homens tendem a ter uma percepção de segurança mais positiva que as mulheres. A porcentagem de homens que avaliam a segurança como “Ótima” (12,80%) é mais que o dobro da registrada entre as mulheres (5,77%). A avaliação “Boa” também é mais prevalente no grupo masculino (46,25%) do que no feminino (39,90%).

Em contrapartida, as mulheres reportam uma sensação de insegurança maior. A porcentagem de mulheres que classifica a segurança como “Ruim” (16,01%) é significativamente superior à dos homens (7,00%). A percepção “Péssima” também é ligeiramente mais alta entre as mulheres (3,94%) em comparação com os homens (2,39%). A categoria “Outro/Não informar”, devido ao seu número reduzido de respondentes (n=5), apresenta uma distribuição distinta, mas com baixa representatividade estatística.

4.3.3 Percepção de Segurança por Faixa Etária

A análise estratificada por faixa etária, apresentada na Tabela 5, indica que a percepção de segurança varia conforme a idade dos respondentes. Embora as categorias “Boa” e “Regular” predominem em todos os grupos, a intensidade das percepções positivas e negativas muda em cada etapa da vida.

Tabela 5 – Percepção de Segurança (%) por Faixa Etária (n=972)

Percepção de Segurança	Até 24 anos (n=44)	25 a 39 anos (n=270)	40 a 59 anos (n=566)	60 anos ou mais (n=92)
5 – Ótima	9,09%	11,85%	9,54%	8,70%
4 – Boa	40,91%	47,41%	43,29%	34,78%
3 – Regular	38,64%	31,11%	32,51%	36,96%
2 – Ruim	6,82%	8,15%	11,66%	13,04%
1 – Péssima	4,55%	1,48%	3,00%	6,52%

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Nota: A soma das porcentagens pode não totalizar 100,00% devido a arredondamentos.



Os dados sugerem que o grupo de adultos jovens (25 a 39 anos) possui a percepção de segurança mais positiva, somando 59,26% nas categorias “Ótima” e “Boa”. Em contraste, o grupo de 60 anos ou mais apresenta a percepção mais negativa, com a soma de “Ruim” e “Péssima” chegando a 19,56%, o maior índice entre todas as faixas etárias, e a menor porcentagem de avaliação “Boa” (34,78%).

Observa-se uma tendência na qual a percepção de segurança “Ruim” aumenta progressivamente com a idade. O grupo de meia-idade (40 a 59 anos), o maior da amostra, apresenta uma visão intermediária, com uma avaliação “Boa” (43,29%) ligeiramente menor que a dos adultos jovens, mas com uma percepção “Ruim” (11,66%) mais acentuada. O grupo mais jovem (até 24 anos) exibe uma percepção próxima à média geral, com baixos índices de avaliações negativas.

4.3.4 Percepção de segurança por região do Paraná

A análise final explora as variações na percepção de segurança entre as diferentes regiões do estado. A Tabela 6 detalha a distribuição das respostas para cada uma das sete mesorregiões consideradas no estudo.

Tabela 6 – Percepção de Segurança (%) por Região do Paraná (n=972)

Percepção de Segurança	Curitiba e RM (n=415)	Norte (n=192)	Sudoeste (n=130)	Oeste (n=113)	Centro-Sul (n=59)	Campos Gerais (n=41)	Litoral (n=22)
5 – Ótima	5,78%	15,63%	17,69%	6,19%	13,56%	7,32%	13,64%
4 – Boa	40,72%	44,27%	53,08%	40,71%	55,93%	36,59%	27,27%
3 – Regular	37,35%	31,25%	23,08%	31,86%	25,42%	39,02%	31,82%
2 – Ruim	12,53%	6,77%	5,38%	17,70%	5,08%	9,76%	18,18%
1 – Péssima	3,62%	2,08%	0,77%	3,54%	0,00%	7,32%	9,09%

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

Nota: A soma das porcentagens pode não totalizar 100,00% devido a arredondamentos.

Os dados revelam heterogeneidade significativa na percepção de segurança ao longo do território paranaense. As regiões Sudoeste e Centro-Sul se destacam com os mais altos índices de percepção positiva, somando “Ótima” e “Boa” em 70,77% e 69,49%, respectivamente. Notavelmente, estas regiões também apresentam os menores percentuais de percepção negativa, com o Centro-Sul registrando 0% de respostas “Péssima”.

Em nítido contraste, o Litoral apresenta o cenário mais desafiador, com a menor taxa de percepção “Boa” (27,27%) e a maior soma de percepções negativas (“Ruim” e “Péssima”), totalizando 27,27%. A região Oeste também se destaca negativamente pelo alto índice de respostas “Ruim” (17,70%).

Curitiba e Região Metropolitana, por concentrarem o maior número de respondentes, exibem uma percepção próxima da média estadual, porém com um dos menores índices de percepção “Ótima” (5,78%). As regiões Norte e Sudoeste, por outro lado, lideram neste quesito, com 15,63% e 17,69% de seus residentes relatando uma ótima sensação de segurança.

5. DISCUSSÃO

É importante notar que, concomitantemente à realização deste estudo, uma pesquisa oficial de vitimização estava em andamento pelo Governo do Estado (SESP/PR, 2025). O presente estudo sobre a percepção oferece um olhar complementar e imediato sobre a dimensão subjetiva da segurança. A literatura demonstra consistentemente que esta percepção frequentemente diverge das taxas oficiais de criminalidade, um fenômeno conhecido como “paradoxo do medo do crime” (Skogan; Maxfield, 1981). Os achados desta pesquisa corroboram essa tese, pois revelam que, apesar de uma acentuada queda nos índices de criminalidade no Paraná, a percepção da população permanece em um nível predominantemente intermediário, entre “Regular” e “Boa”, e não em um de otimismo expressivo.

A análise segmentada por porte de cidade oferece uma das explicações mais contundentes para essa divergência. A queda na percepção de segurança é drasticamente acentuada à medida que o município se torna maior, um achado que dialoga diretamente com teorias clássicas da criminologia ambiental e urbana. Em grandes centros, a maior presença de desordem física e social, conforme a Teoria das Janelas Quebradas (Wilson; Kelling, 1982), e a intensificação da segregação espacial, descrita por Caldeira (2000) como a “cidade de muros”, podem funcionar como amplificadores da sensação de insegurança. Mesmo com a queda de crimes graves, a vivência cotidiana em ambientes percebidos como desordenados e impessoais pode sustentar um nível elevado de medo.

Outra nuance relevante emergiu da análise de gênero, na qual as mulheres reportaram uma percepção de segurança significativamente inferior à dos homens. Este padrão, consistente com a literatura sobre vulnerabilidade e medo (Ferraro, 1995), sugere que a percepção de risco não é homogênea. Fatores como a vitimização vicária (indireta) e a exposição à mídia podem ter um impacto desproporcional sobre diferentes grupos. A “Teoria do Cultivo” (Gerbner; Gross, 1976) oferece um arcabouço para entender como a repetição de narrativas de violência na mídia pode “cultivar” uma sensação de insegurança mais acentuada, especialmente em grupos que já se percebem como mais vulneráveis.

As implicações práticas destes achados apontam para a importância da relação entre polícia e comunidade. Os resultados revelam um panorama encorajador, indicando que a população paranaense, de forma geral, mantém um bom nível de confiança no trabalho policial. Contudo, a análise aprofundada expõe uma divisão significativa entre os centros urbanos e as cidades de menor porte. Este achado pode ser interpretado à luz dos princípios do Policiamento Comunitário (Skolnick; Bayley, 2002). Em municípios menores, essa relação tende a ocorrer de forma orgânica, mas nos grandes centros, a impessoalidade e o policiamento reativo podem desgastar esses laços. Portanto, os dados sugerem que a formalização de estratégias de Policiamento Comunitário nas áreas mais populosas poderia ser uma política pública eficaz para reconstruir a legitimidade e a parceria que são fundamentais para a melhoria da sensação de segurança.

Por fim, é imperativo reconhecer as limitações do presente estudo. Por se tratar de um inquérito online com uma fase inicial de amostragem por bola de neve, a amostra não é probabilística e



pode não representar adequadamente segmentos da população sem acesso à internet. Observou-se também uma concentração de respondentes do sexo masculino (60,3%) e na faixa etária de 40 a 59 anos (58,2%), o que indica que os resultados devem ser generalizados com cautela. Pesquisas futuras poderiam se beneficiar de uma amostragem estratificada para aprofundar as diferenças regionais, bem como de uma abordagem qualitativa, com entrevistas em profundidade, para explorar as razões subjetivas por trás dos padrões de percepção aqui identificados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo central a mensuração e análise da percepção de segurança pública no estado do Paraná. A análise dos 972 inquéritos válidos revelou que a percepção subjetiva da população se descola dos indicadores objetivos de criminalidade, que apresentaram acentuada queda no período. O principal achado empírico foi a identificação de uma relação inversamente proporcional entre o porte do município e a percepção de segurança, um padrão que indica a complexa influência de fatores socioambientais, para além da vitimização direta.

A contribuição científica do trabalho é dupla. Teoricamente, o estudo oferece uma validação empírica do “paradoxo do medo do crime” para o contexto paranaense em 2025, detalhando como as divisões geográficas e demográficas (especialmente de gênero) modulam essa percepção. Metodologicamente, a pesquisa demonstrou a eficácia de uma abordagem de coleta de dados gamificada, validando o uso de feedback visual em tempo real como um mecanismo robusto para mitigar as baixas taxas de resposta, um desafio crônico em inquéritos online não probabilísticos.

As implicações deste estudo apontam para a necessidade de políticas de segurança que considerem a dimensão subjetiva do fenômeno. Para pesquisas futuras, recomenda-se a aplicação de metodologias qualitativas para aprofundar as razões subjacentes aos padrões aqui identificados. Adicionalmente, uma agenda de pesquisa de alta relevância se abrirá com a divulgação dos resultados da pesquisa de vitimização oficial conduzida pela SESP/PR (2025). A análise comparativa entre os dados de percepção subjetiva, aqui apresentados, e os dados de vitimização objetiva permitirá um aprofundamento inédito sobre a complexa relação entre o crime real e o crime percebido no estado, testando em um nível macro as hipóteses levantadas por este estudo.

REFERÊNCIAS

BABBIE, E. **The practice of social research**. 14th ed. Cengage Learning, 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 20 ago. 2025.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2017.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. Artmed Editora, 2010.

DETERDING, S. *et al.* From game design elements to gamefulness: defining “gamification”. In: **Proceedings of the 15th international academic MindTrek conference: Envisioning future media environments**. 2011. p. 9-15. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/2181037.2181040>. Acesso em: 16 ago. 2025.

FERRARO, K. F. **Fear of crime: Interpreting victimization risk**. SUNY press, 1995.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>. Acesso em: 19 ago. 2025.

GERBNER, G.; GROSS, L. Living with television: The violence profile. **Journal of Communication**, v. 26, n. 2, p. 173-199, 1976. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/22223200_Living_With_Television_The_Violence_Profile. Acesso em: 17 ago. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Projeções Populacionais Municipais 2025-2050**. Curitiba: IPARDES, 2024. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Projecao-populacional-2025-2050>. Acesso em: 17 ago. 2025.

KAPP, K. M. **The gamification of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education**. John Wiley & Sons, 2012.

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. **Archives of Psychology**, n. 140, 1932. p. 1-55.



LOPES, L. de S. Sensação de segurança e seu impacto na qualidade de vida dos brasileiros. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano. 07, Ed. 02, Vol. 06, fevereiro de 2022. p. 05-16. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/lei/sensacao-de-seguranca>. Acesso em: 16 ago. 2025.

PARANÁ, Secretaria do Estado de Segurança Pública do. **Centro de Análise, Planejamento e Estatística – CAPE da Secretaria da Segurança Pública – SESP, 2025**. Disponível em: <https://www.seguranca.pr.gov.br/CAPE/Estatisticas>. Acesso em: 19 ago. 2025.

SÃO PAULO, Secretaria da Segurança Pública de. **SSP SP, 2025**. Disponível em: <https://www.ssp.sp.gov.br/estatistica>. Acesso em: 19 ago. 2025.

SILVA, B. F. A. da; BEATO FILHO, C. C. Ecologia social do medo: avaliando a associação entre contexto de bairro e medo de crime. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, 2013. p. 155-170. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982013000400010>. Acesso em: 16 ago. 2025.

SKOGAN, W. G.; MAXFIELD, M. G. **Coping with crime: Individual and neighborhood reactions**. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1981.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policiamento Comunitário: Questões e Práticas Através do Mundo** Vol. 6. Edusp, 2002.

SUTHERLAND, E. H. **Principles of criminology**. Chicago: J. B. Lippincott, 1939.

WILSON, J. Q.; KELLING, G. L. Broken Windows: The police and neighborhood safety. **Atlantic Monthly**, v. 249, n. 3, 1982. p. 29-38.

ZALUAR, A. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Editora FGV, 2004.



INSTITUTO
BRASILEIRO DE
SEGURANÇA
PÚBLICA

RIBSP- Vol. 8 n. 22 – Set/Dez 2025

Leandro de Souza Lopes
Ana Paula Bosio Lopes

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS





APÊNDICE B – CÁLCULO DA MARGEM DE ERRO

A margem de erro para a população finita foi calculada utilizando a seguinte fórmula padrão (Bussab; Morettin, 2017):

$$e = Z \times \sqrt{\frac{p(1-p)}{n}} \times \sqrt{\frac{N-n}{N-1}}$$

Onde os seguintes valores foram aplicados:

- **n (Tamanho da Amostra):** 972
- **N (Tamanho da População):** 11.890.584 (Iparde, 2024)
- **Z (Escore para 95% de confiança):** 1,96
- **p (Proporção da População):** 0,5

APÊNDICE C – DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Leandro de Souza Lopes: Conceituação; curadoria de dados; análise formal; design da apresentação de dados; investigação; redação do manuscrito original; redação - revisão e edição.

Ana Paula Bosio Lopes: análise formal; design da apresentação de dados; redação - revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflitos de interesse relacionados à elaboração e publicação deste manuscrito.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

Todo o conjunto de dados (anonimizados) que serve de base para as análises deste artigo está disponível publicamente no repositório Zenodo e pode ser acessado através do seguinte DOI (Digital Object Identifier): < <https://doi.org/10.5281/zenodo.16915710> >.



DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

A pesquisa foi conduzida por um pesquisador independente, sem vínculo institucional. Por se tratar de um inquérito online anônimo e de risco mínimo, sem coleta de dados sensíveis ou identificáveis, foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que foi aprovado pelos próprios participantes ao iniciar o preenchimento. Desta forma, foram garantidos o anonimato e a voluntariedade, em conformidade com os princípios éticos aplicáveis a este tipo de estudo.